C.A (9.0)

Walzi C. Sampaio da Silva

O INTERACIONISMO SIMBÓLICO:
Um Ensaio Crítico

Niterói

1983

A presente monografia, desenvolvida sob a orientação do prof. Marco Antônio da Silva Mello, foi apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Í N D I C E

Prefácio 4

Introdução:

A Sociologia dos Paradigmas em Oposição 5

Capítulo I:

Problema e Métodos 13

Capítulo II:

O Interacionismo Simbólico: Uma Exposição 24

Capítulo III:

O Interacionismo Simbólico: Uma Crítica 45

Bibliografia 60

P R E F Á C I O

Escrever sobre o interacionismo simbólico foi para mim um curto exercício de pensar rápido. Excetuando-se a introdução, o presente ensaio foi redigido em exíguo espaço de tempo, compreendido entre os primeiros e últimos dias de novembro do corrente período letivo. Leituras e reflexões talvez tenham sido velozes demais perante a pretensão que acalentei de realizar um trabalho crítico.

Não creio, assim, que as opiniões e análises apresentadas devam ser compreendidas como a minha palavra definitiva sobre os temas que abordam. Creio no entanto que estes temas, bem como o método que utilizei em sua abordagem, sejam relevantes e devam ser assinalados como o essencial da contribuição oferecida. Acredito firmemente que todo sociólogo deva dedicar parte do seu tempo à reflexão sobre os problemas que envolvem a expressão lingüística das teorias com as quais trabalha. No presente ensaio tentei empreender uma reflexão desse tipo, sendo meu desejo que por essa tentativa apenas, e não pela verdade ou falsidade de minhas conclusões, fosse ele lembrado.

Universidade Federal Fluminense
2º semestre de 1983
Walzi C. Sampaio da Silva

I N T R O D U Ç Ã O

A Sociologia dos Paradigmas em Oposição

Hodiernamente é comum aceitarmos a concepção segundo a qual a teoria sociológica se desenvolve no vórtice de uma tensão entre dois estilos de pensamento: o que se erige sobre pressupostos naturalistas e o que se baseia em pressupostos humanistas. Entre esses estilos opostos observa-se um espaço ao longo do qual se distribuem as teorias sociológicas existentes. Como se sabe, dias houve em que a forma padronizada de se fazer sociologia baseava-se tão somente nos modelos naturalistas do ciência empírica. Constituir-se à semelhança das ciências naturais, em particular da biologia, era então entendido como um privilégio. A opção de fazer uso deste privilégio era tratada, todavia, como irrecorrível exigência de um dever. Tal estado de coisas não é difícil de ser compreendido, em virtude de razões que a seguir assinalaremos.

Quando a sociologia pela primeira vez reivindicou para si o <u>status</u> de ciência empírica, o fez assumindo uma versão naturalista para seus métodos e objetos. Em interessante artigo sobre a origem da sociologia moderna, Giddens observa que há mais de uma interpretação para o problema do desprendimento da sociologia de suas raízes, estas situadas na filosofia especulativa ou na filosofia da história (GIDDENS 1976, 703-704). Segundo este autor, torna-se difícil encontrarmos um ponto em comum entre to-

das as interpretações sobre o desprendimento em questão. Giddens observa, no entanto, que as mais influentes buscaram sempre determinar o exato momento a partir do qual tenha o desprendimento se dado (GIDDENS 1976, 703-704). Deste modo, as principais análises sobre as origens do pensamento sociológico pautariam-se pela

> ... idéia de que uma encruzilhada fundamental separa, da pré-história da teoria social, ... sua fundação como singularíssima ciência da sociedade (Id.).

Giddens chama a esta encruzilhada de "grande divisor" e reúne sob a denominação de "perspectiva do grande divisor" as interpretações que a supõe existente e determinável. Ressalta ainda, em nosso entender acertadamente, que as mais proeminentes análises que integram a perspectiva do grande divisor o localizam

> ... nos escritos de certos autores europeus ... especialmente nos escritos de Durkheim e Weber, seguidos de perto pelos de Pareto, Michels, Simmel e outros. ... esta versão do grande divisor representa uma ortodoxia que é promulgada por toda parte, sendo difícil negar que o trabalho de Parsons The Structure of Social Action [PARSONS 1937] tenha realizado a maior parte da tarefa de estabelecê-la como ortodoxia (Id.).

Deparamo-nos assim com duas idéias relevantes para os nossos propósitos. Para começar, o arrazoado de Giddens se eleva em favor da concepção de que a sociologia guarda até hoje um estigma pelo qual há e haverá sempre alguém, em toda parte, a qualquer tempo e em alguma medida, empenhado em construí-la fiel aos pressupostos naturalistas aos quais ela deve a sua independência original. Prosseguindo, depreendemos da citação de Giddens a coroação de Parsons como o fundador de uma ortodoxia naturalista da

qual Durkheim seria o precursor. Foi sem dúvida Parsons quem imprimiu na sociologia americana a marca de uma tradição européia que fora incipiente durante os primeiros anos do século. Poderíamos todavia indagar se a tendência naturalista, revigorada pela ortodoxi do estrutura-funcionalismo, permaneceu incólume a críticas. Acreditamos que não e devemos oferecer nossas razões para tal crença.

O pensamento sociológico sempre abrigou um elemento de diversidade; a difícil tarefa de escolha e imposição de um modelo para formulação de investigações sicológicas parece envolver questões bastante controvertidas. Tomando de empréstimo algumas noções propostas por T. Kuhn em sua abordagem sobre paradigmas científicos (KUHN 1962), podemos discutir dois fatos que parecem assegurar à sociologia permanente confronto com um tipo de diversidade que poderíamos chamar de "variedade paradigmática". Por um lado, uma das indiscutíveis características da sociologia consiste na extrema variedade dos objetos passíveis de investigação sociológica. Com efeito, Peel ressaltou que

> ... cada um dos novos contextos sociais que emerge, em toda a sua peculiaridade, aumenta o objeto da sociologia ... (Peel cit. in BRYANT 1975, 358).

Esta variedade exige a fortiori correspondente diversidade de paradigmas, posto que cada distinto problema sociológico nos parece sugerir distintas instâncias sobre as quais teorizar, bem como nos parece exigir distintos paradigmas sob os quais teorizar. Como se não bastasse a complexidade do seu objeto, a sociologia não dispõe de uma linguagem que seja comum a todos os sociólogos, na qual seriam expostos os resultados das investigações. Ao contrário, argumenta Bryant, fontes inexauríveis de variação conceitual e esti-

lística forçam que a sociologia seja multiparadigmática, na medida em que tornam sempre precário o acordo entre conceitos elaborados por teorias distintas entre si (BRYANT 1975, 358).

Reconhecer o estado de coisas ora descrito é bem mais fácil do que pesquisar suas causas. Poderíamos afirmar, com certo humor, que há mais de uma versão sobre a origem das múltiplas versões de pensamento sociológico. Ao declarar que a 'obstinada crença' na aplicabilidade dos métodos da física às ciências sociais tenha sido responsável pela deplorável situação em que estas se encontravam no início do nosso século, e tecer em tom caricatural o comentário de que 'aparentemente ... , até o momento, as ciências sociais ainda não encontraram o seu Galileu' (POPPER 1980, 5), Popper parece referir-se à concepção de que a sociologia aparenta ser multi-paradigmática por ser na verdade pré-paradigmática e carecer de maturidade. Esta concepção gozou de certa popularidade nos meios acadêmicos da Europa no início do século XIX, quando estavam ainda por ser construídos os grandes sistemas de Durkheim e Weber. Tal popularidade foi reacesa na América deste século, quando a tradição estrutural-funcionalista empreendeu sua tentativa de resgatar e satisfazer as exigências da sociologia naturalista européia. Há concepções outras, todavia, segundo as quais o caráter multi-paradigmático da sociologia não deveria ser compreendido como decorrência de uma imaturidade injusta e arbitrariamente imputada à disciplina. Neste sentido, a sociologia seria multi-paradigmática em virtude de sua própria natureza.

Seja como for, é inegável que a sociologia careça do que chamaríamos de "unidade paradigmática", em pelo menos duas das acepções possíveis para o termo 'paradigma'. Por um lado, a ela é evi-

dente faltar 'uma inteira constelação de valores, crenças técnicas etc... compartilhadas pelos membros de determinada comunidade (T. Kuhn cit. in BRYANT 1975, 354). Por outro lado, em acepção mais estrita, a sociologia não dispõe de uma solução exemplar, para um problema substantivo, que tenha sido tomada como modelo para pesquisas subseqüentes (BRYANT 1975, 354) e conferido sucesso e aceite geral a novas aplicações. Tais carências não deveriam ser interpretadas, contudo, como indicadores do grau de maturidade da sociologia como ciência empírica, mas sim como indicadores da extrema riqueza do universo social, acompanhada de perto pela complexidade do discurso sociológico.

Torna-se difícil discernir, no contexto ora apresentado, se a sociologia deve ser encarada como por demais jovem ou por demais fértil. É fácil ver, no entanto, o quanto é ilegítimo elegermos um entre inúmeros estilos de sociologia e o forçarmos a ser coincidente com toda a disciplina [discipline-wide] , muito embora Martins acredite que paradigmas sociológicos, ao contrário do que se dá com os das ciências naturais, revelem uma tendência de ser no mínimo coincidentes com toda a disciplina (Martins cit. in BRYANT 1975, 355). De qualquer modo, a tendência de um paradigma excluir os demais termina por encontrar forte oposição por parte dos paradigmas excluídos. Por essas e outras razões, mesmo a mais arrojada tentativa de transformar a sociologia em uma ciência uni-paradigmática, seguramente a empreendida pela escola estrutural-funcionalista de Parsons, não logrou o seu intento. É inegável que na América de 1930, graças ao estrutural-funcionalismo, notável índice de unaminidade quanto à natureza da sociologia tenha sido alcançado nos meios acadêmicos. Mas a tendência não vingou, e

sobre ela afirmou Homans:

> A escola é habitualmente chamada a do estrutural-funcionalismo ou, de modo mais breve, a do funcionalismo. Por toda uma geração foi ela dominante o, em verdade, foi a única escola definida do pensamento sociológico. Creio que ela chegou ao fim da linha, deu o que tinha a dar e hoje, efetivamente, nos impede o caminho para a compreensão dos fenômenos sociais (HOMANS 1964, 809).

Em passagem imediatamente anterior, Homans já observara a persistência de correntes que polemizavam com o estrutural-funcionalismo:

> Chamo-a de escola, embora nem todos os seus adeptos aceitassem os mesmos princípios; inúmeros sociólogos avançaram, fazendo grande progresso, sem a ela dedicar a menor atenção (Id.).

Não foram poucas, em verdade, as alternativas ao estrutural-funcionalismo. No presente trabalho, acalentamos o interesse de investigar de modo mais próximo uma delas : a abordagem do interacionismo simbólico. Acreditamos que a perspectiva interacionista simbólica envolva certos problemas graves, quanto à sua articulação teórico-metodológica, que procuraremos levantar e discutir no decorrer do presente ensaio. Advertimos desde já que nossa conclusão não será otimista com respeito à solução das insatisfatoriedades da corrente. Há entretanto méritos que não podemos negar ao interacionismo simbólico.

O primeiro dos méritos da teoria interacionista consiste exatamente na sua condição de ser uma alternativa ao pensamento ortodoxo naturalista. Há uma escolha fundamental que, ao que parece, toda teoria sociológica precisa resolver: a escolha de construir a sociologia a partir de pressupostos, digamos assim, clássicos

e amplamente adotados pela força da tradição durkheiniana ou de antigas inovações weberianas, ou então a escolha de inaugurar e desenvolver o pensamento sociológico sob a adoção de pressupostos inteiramente novos, nascidos de necessidades teóricas atualíssimas. Tornando à sociologia americana, somos forçados a admitir que as correntes tradicionais do pensamento sociológico clássico, que convergiram todas para um ambiente de calorosa discussão sobre o escopo e as capacidades que realmente demonstravam, começaram a revelar sinais de dúvida e limitações. Merton nos esclarece, com extrema penetração, que tipo de sinais são esses:

> ... uma mudança e ruptura de doutrina, acompanhada por tensões profundas - e às vezes por exacerbado conflito - entre os praticantes da arte [craft]. A ruptura envolve enérgica reivindicação de que os paradigmas existentes são incapazes de trabalhar com problemas que deveriam, em princípio, ser capazes de tratar (MERTON 1975, 22).

Na academia sociológica americana, por volta de 1930, tornou-se evidente que as teorias sociológicas clássicas enfrentavam exatamente o tipo de tensão acima descrito, revelando todos os aludidos sinais de fraqueza. Neste panorama surgiu o interacionismo simbólico, que nunca procurou resgatar a eficiência, os métodos e os objetos do pensamento sociológico clássico. Ao contrário, o interacionismo simbólico mudou de assunto, fundando uma sociologia de ordem inteiramente inédita, voltada para aspectos da realidade social até então jamais abordados. Se por um lado a tradição estrutural-funcionalista sofria ataques mortais, desferidos pelos adeptos desta própria tradição, o interacionismo simbólico inaugurava por outro lado uma nova tradição, que primava por não se interceptar com a antiga. Para mencionar autores da tradição estrutural-funcio

nalista que em alguma medida a criticaram, remetemos o leitor a HOMANS 1964, BLAU 1975, COSER 1975 e DAHRENDORF 1968 (particularizando a menção, sugerimos que se tente comparar as noções de estrutura e função, quando discutidas nessas obras, com as mesmas noções quando definidas em PARSONS 1937). Para mencionar autores da perspectiva interacionista simbólica que a erigiram como escola independente e de oposição na sociologia americana remetemos o leitor a MEAD 1934, COOLEY 1930 e, principalmente, a BLUMER 1969. Para ilustrar ao leitor o tipo de problema que caracteriza a extrema novidade do interacionismo simbólico, recomendamos que se consulte a coletânea DOUGLAS (ed.) 1970. Devemos supor alguma familiaridade do leitor com tais problemas, na medida em que não nos seria possível, dado à limitada extensão e o interesse essencialmente crítico do presente ensaio, empreender uma apresentação minuciosa da perspectiva interacionista como um todo.

Reconhecido o mérito do interacionismo em levantar novos problemas e sugerir novas dimensões para a análise sociológica, passamos a avaliar o seu sucesso em resolver tais problemas e desenvolver as dimensões inauguradas. Nessa avaliação nos iremos deter em um único aspecto, de ordem algo técnica, relativo ao interacionismo simbólico como linguagem sobre o mundo social. Cumpre iniciarmos, portanto, tal avaliação.

C A P Í T U L O I

Problema e Métodos

Embora o interacionismo simbólico represente uma escola sociológica bastante divulgada e muito ativa, pouco se fez em favor de sua exposição sistemática. Nascida de uma tradição relacionada com o behaviorismo social e a psicologia social, a perspectiva interacionista encontra seus antecedentes teóricos em pensadores eminentes da filosofia americana, entre os quais mencionaríamos Willian James, John Dewey e George Herbert Mead. Tais pensadores influenciaram outros de formação sociológica, entre os quais destacaríamos Charles Horton Cooley. A proeminência desses homens foi sem dúvida e em grande parte responsável pelo reconhecimento que a perspectiva recebeu, posto que por longo período a tradição interacionista propagou-se quase que exclusivamente por meio de um processo de comunicação oral. Com efeito, o interacionismo simbólico foi um típico "fenômeno de escola", ou seja, assumiu a forma de um corpo de idéias estabelecido e transmitido às expensas dos cursos ministrados por suas figuras mais proeminentes, bem como pelas atividades acadêmicas que se desenvolviam em torno desses cursos universitários. É claro que artigos foram com freqüência publicados, nos principais periódicos em língua inglesa, desenvolvendo e expandindo as discussões dos interacionistas. O que por muito tempo faltou, contudo, foi uma exposição sistemática ou um bom manual que estabelecesse de modo melhor articulado a conformação geral da teoria.

Entre os mentores da perspectiva interacionista, situamos Herbert Blumer como um dos que mais publicou artigos originais, cantando e criando tendências que vieram a permitir melhor articulação do pensamento da corrente. Só podemos de fato falar em interacionismo simbólico estrito senso a partir de 1937, quando Blumer cunhou o termo a fim de referir-se a algumas abordagens sobre a conduta e a vida em grupo humanas. Tais abordagens, embora possuidoras de certos traços muito gerais de similaridade, diversificaram-se a partir de Blumer. Inúmeros desdobramentos e grande variedade de escolas se agruparam, a partir de então, sob a chancela do interacionismo simbólico. Meltzer e outros observaram que um mínimo de duas e um máximo de dez escolas foram decantadas a partir da perspectiva interacionista (MELTZER &t alii 1975, 53).

Diferenças mais pronunciadas se alinham, em nosso entender, entre as assim chamadas "Escola de Iowa" e "Escola de Chicago". A primeira, liderada por Manford Kuhn, faz incidir sua ênfase sobre a elaboração de uma teoria interacionista formulada em termos estritamente empíricos, adotando - em grandes linhas uma inspiração baseada em certas exigências do neo-positivismo. São raras as considerações dessa escola que não se refiram de imediato a fatos empíricos observáveis, o que imprime limitações óbvias ao poder explanativo da teoria com relação a um objeto de ordem sociológica, muito embora favoreça a efetiva aplicação de métodos operacionalizáveis em pesquisa empírica. A Escola de Chicago se desenvolve, em contrapartida, segundo padrões mais elásticos para a constituição de um pensamento sociológico. Fundada por Blumer, o que pretende é apresentar uma teoria bastante abrangente sobre a vida coletiva e a conduta humanas. Neste sentido, reduzidas são as limitações para

a criação conceitual, desde que voltada para certos tópicos e orientada pela adoção de certos pressupostos, conforme dentro em pouco discutiremos pormenorizadamente.

Nosso interesse incidirá sobre a Escola deChicago, especificamente sobre o pensamento de Blumer. Não foi senão em 1969 que este editou a sua primeira coletânea, reunindo artigos que haviam sido anteriormente publicados, bem como incluindo um ensaio inédito que deveria complementar aspectos que os artigos omitiam (BLUMER 1969). Atendendo a reiterados apelos acadêmicos, continuamente expressos pelos que se ressentiam da ausência de uma apresentação sucinta e ao mesmo tempo sistemática das idéias do interacionismo simbólico, a coletânea de Blumer pretendia deixar assente uma formulação geral e clara da perspectiva interacionista. Uma ênfase especial deveria incidir sobre a explicitação dos métodos interacionistas para a pesquisa empírica. Acreditamos, no entanto, que esses objetivos não foram alcançados, particularmente no que tange à configuração de certo estado de operacionalidade metodológica para a teoria. Procuraremos ao longo do presente trabalho revelar algumas das razões pelas quais assim pensamos.

No prefácio à coletânea, Blumer logo expressa uma de suas principais convicções relativas à sociologia. Afirma êle, retorica e enfaticamente, que toda a ciência empírica precisa respeitar o mundo empírico sobre o qual discorre (BLUMER 1969, vii). Entendemos ser quase impossível determinar o que Blumer deseja dizer com "respeitar o mundo empírico"; podemos vagamente conjeturar que Blumer parece ressentir-se da esquálida enunciação de uma posição metodológica que permitisse o desenvolvimento do interacionismo simbólico como perspectiva sociológica não apenas teórica, mas também

empírica. Acresce ainda a notável desorganização da teoria interacionista no tocante à apresentação sistemática de ambas as dimensões - teorico-conceitual e metodológica - já que até Blumer nenhum dos líderes da corrente assinara uma formulação explícita e sistemática do que fosse o interacionismo simbólico. A coletânea BLUMER 1969 foi lançada com o intuito de suprir esta carência, ocupando-se sobretudo em explicitar o ofício metodológico que se poderia extrair das considerações de natureza teórica que caracterizam o interacionismo. É nossa intenção percorrer com Blumer esse intinerário, para finalmente avaliarmos o grau de sucesso alcançado pelo autor ao trabalhar com os dois tópicos em questão. Em nossas discussões nos orientaremos por um problema específico, que explicitamos a seguir.

O problema que nos propomos discutir consiste na reduzida clareza conceitual que julgamos estar eivada na apresentação de Blumer, bem como na insatisfatória explicitação de recursos metodológicos operacionalizáveis para a pesquisa empírica. Não podemos negar que o tratamento que o interacionismo simbólico recebe de Blumer represente substancial avanço com relação aos seus predecessores. Argumentamos, no entanto, que o progresso por Blumer introduzido longe está de incluir uma solução para o problema que aqui apontamos, devido ao fato dos primeiros interacionistas - precipuamente George Herbert Mead - haverem oferecido material extremamente bruto para a constituição de teoria e métodos. Quando depreendido do pensamento de Mead, o interacionismo simbólico apresenta-se , do ponto de vista da organização conceitual, de tal modo desconexo, e seus conceitos básicos de tal forma obscuros e confusos, que perde *ipso facto* toda força operacional. Assim sendo, o pensamento de Blumer, quando comparado com a tradição que o originou, causa-nos

o impacto de maior clareza conceitual. Problemas permanecem, não obstante, carentes de solução; a teoria interacionista ainda não sobrevive, em Blumer, à argüição do efetivo conteúdo de seus enunciados e à exigência de efetiva operacionalidade dos seus métodos.

Interessados no exame dos tópicos acima mencionados, aqui formulamos um desafio à teoria de Blumer, minimizado pela condição de o apresentarmos a título de hipótese. Acreditamos firmemente que o interacionismo simbólico jamais tenha usufruído simultaneamente de clareza teórico-conceitual e operacionalidade metodológica. O estudante, ansioso pelo florescimento da intimidade com a teoria, depara-se com um discurso em certa medida obscuro. Em pesquisas empíricas o pesquisador, ávido pela aplicação de recursos metodológicos advindos da teoria interacionista, pressente que não vai ser fácil seguir as vagas indicações que o interacionismo oferece. Produtivamente perplexo, ou apenas eufórico, termina o profissional por recorrer a recursos de ordem qualitativa, típicos de sua inevitável interação de ordem pessoal com o objeto pesquisado, recursos esses que apresentam não mais do que uma conformidade pós-factum com a teoria do interacionismo simbólico. Para tornar mais preciso o ponto, diríamos qua quanto maior for a intimidade do pesquisador com o campo teórico interacionista, maior será a distância entre as indicações metodológicas coligidas na teoria e a efetiva conduta empreendida pelo pesquisador tendo como base sua intuição pessoal. Essa é tanto mais uma verdade quanto melhores forem os resultados empíricos da investigação.

Cabe ressaltar que as observações que teceremos têm precursores nos textos MELTZER &t alii 1975; 8-15 & 27-42 & 55-67 & 83-113; KUHN 1972, 59-61; WINCH 1970, 21-28; DENZIN 1970, 447-448 &

455-464 e BEST 1975, 133-134, bem como em fontes menos imediatas. Importa dizer, contudo, que em nenhuma dessas obras encontramos formuladas de modo explícito e com todos os detalhes as observações críticas iremos apresentar. O que se constata na literatura são observações parciais e fragmentárias dos aspectos mais óbvios do que teremos a oportunidade de desenvolver.

Nossa apresentação se dividirá em duas partes. Na primeira, procuraremos oferecer um esboço da teoria de Blumer. Esta exposição, no que consistirá o capítulo II do presente ensaio, envolve um sério problema. Na medida em que uma face essencial do nosso argumento afirma ser reduzida a inteligibilidade dos enunciados interacionistas, como nos será dado expor o que acusamos ser ininteligível? Com efeito, devemos logo de início reconhecer que nossa exposição irá padecer, em alguns momentos ao menos, do mesmo tipo de limitação, quanto à clareza, que encontramos no discurso de Blumer. Devemos todavia lembrar que nossas considerações serão desenvolvidas em um tom que as distinguirá de um texto interacionista típico; não pretendemos fazer do presente ensaio uma peça doturinária sobre o interacionismo simbólico. Tudo o que necessitamos é coligir as instâncias indispensáveis ao posterior desenvolvimento de nossas considerações de ordem crítica. Torna-se até mesmo de nosso interesse que certas passagens da teoria de Blumer conservem, quando transcritas ou reapresentadas, o mesmo importe de obscuridade que possuem em sua formulação original. Em outras palavras, não podemos nem desejamos acrescentar clareza aos conceitos fundamentais do interacionismo como concebidos por Blumer. Podemos apenas trabalhar com uma exposição algo precária de tais conceitos, mediante citações ipsis-littera da obra de Blumer ou

por meio de enunciações próximas às que lá encontramos, tendo sempre presente que nosso objetivo é essencialmente crítico. O desenvolvimento desta dimensão crítica é precisamente aquilo do que nós ocuparemos na última parte do nosso trabalho, no que se resume o capítulo III, e cujos fundamentos teórico-metodológicos passamos a expor.

Com o intuito de definir o paradigma teórico, de ordem filosófica, pelo qual nos orientaremos ao longo de nossas considerações críticas, bem como para discutirmos preliminarmente os métodos que implementaremos nessas considerações, cumpre esclarecermos que nosso interece incide sobre a análise do discurso puramente teórico de Blumer. Tal análise inclui uma avaliação das táticas metodológicas do interacionismo, na medida em que essas táticas são expressas discursivamente e em íntima conexão com a produção teórico-conceitual dos interacionistas. Cabe explicitar, no entanto, como realizaremos a análise em questão.

Partimos de certos pressupostos de ordem filosófica que, embora não relacionados diretamente com questões sociológicas, emolduram e organizam nossas colocações. O teor desses pressupostos, bem como a natureza das relações que podem êles manter com a sociologia, se encontram discutidos de modo minucioso em WINCH 1970, 13-26 & 47-51. A concepção geral delineada por Winch pode ser ilustrada a partir da seguinte passagem.

> Indagar se a realidade é inteligível é inquirir sobre a relação entre o pensamento e a realidade. Para se considerar a natureza do pensamento, temos também que considerar a natureza da linguagem. A questão da inteligibilidade da realidade está, portanto, inseparavelmente ligada à questão de como a linguagem se articula com a realidade, a questão afinal, do que é dizer-se alguma coisa (22).

A concepção que nos guia e os métodos de análise que iremos implementar têm sua origem no mesmo paradigma filosófico que orienta Winch na passagem em destaque, da qual podemos depreender dois pressupostos que adotamos. O primeiro, de caráter mais geral, é o de que a linguagem possui certas características em virtude das quais o mundo se torna inteligível para nós. O segundo, de caráter estrito, é o que estabelece ser possível concluir alguma coisa, a partir do exame de certos aspectos da linguagem, a respeito do mundo. Lembrando que nesse contexto os termos 'mundo' e 'realidade' se referem grosso modo ao universo extra-lingüístico, estamos prontos a extrair da citação acima, através dos dois pressupostos ora formulados, uma sugestão metodológica operacionalizável.

Para que a passagem de Winch e os dois postulados não apenas ilustrem pressupostos dos quais partimos, mas também descrevam de modo apropriado um efetivo recurso metodógico que pretendemos utilizar, basta limitarmos o universo extra-lingüístico ao universo dos fenômenos sociais e admitirmos que a teoria do interacionismo simbólico possua o status de uma linguagem sobre o universo dos fenômenos sociais. Embora Winch não tenha se referido a um processo de elucidação de obscuridades lingüísticas em particular, mas sim a uma tentativa de solucionar ' ... confusões relativas à natureza da linguagem em geral' (WINCH 1970, 22), mediante a adaptação ora proposta podemos afirmar em paralelo dois recursos metodológicos que no presente ensaio utilizaremos. Primeiro, estaremos ocupados em determinar o que é dizer-se alguma coisa quando a linguagem em que se fala é a teoria do interacionismo simbólico. Segundo, vamos investigar certas características da linguagem interacionista para avaliar em que medida elas nos tornam inteligível a realidade social.

Em outras palavras, procuraremos descobrir no interacionismo simbólico aquelas características que em uma linguagem deve possuir para que nela se possa formular uma teoria sobre o mundo. Destacamos, entre outras, a definibilidade e a univocidade de enunciados, a clareza conceitual, a adequada correlação entre a linguagem e os eventos do mundo os quais ela pretende reportar, a intercomunicabilidade, a clareza referencial, etc.. Indagaremos, em momentos apropriados, se enunciados do interacionismo simbólico são dotados de características como essas; quando não forem, investigaremos em que medida poderiam sê-lo ou de que modo poderiam ser parafraseados por outros enunciados que satisfaçam à exigência de possuir as características em questão. Quando nos depararmos com enunciados que possuam prima facie tais características, nos iremos voltar para a análise da efetiva informação que êles veiculam, lembrando que nosso interesse será sempre o de avaliar o quanto colaboram para uma compreensão da realidade social. Os textos reunidos na já mencionada coletânea BLUMER 1969, particularmente o ensaio BLUMER 1969a e o artigo BLUMER 1969b, fornecerão as instâncias que analisaremos.

Julgando suficiente o presente estágio de esclarecimento das questões preliminares que até agora abordamos, iniciamos breve e final digressão para discutir um aspecto em particular da nossa opção metodológica. Um caráter distintivo e imediatamente notável do método que ora definimos consiste na contingência de podermos aplicá-lo a instâncias advindas exclusivamente de pesquisa bibliográfica. Em outras palavras, nos julgamos vulneráveis à crítica de que ao presente trabalho faltaria aquela dimensão empírica que em última análise é a mesma que assinalamos carecer ao próprio interacionismo simbólico. Devemos realmente concordar com essa

crítica, argumentando todavia em favor da idéia de termos sido forçados a excluir a dimensão empírica em questão. Fomos forçados em virtude das próprias insuficiências que julgamos encontrar nos enunciados metodológicos do interacionismo simbólico. É inegável que melhor final não haveria, principalmente para a discussão sobre operacionalidade de métodos, do que tomar alguns dos métodos discutidos e aplicá-los com o intuito de avaliar seu comportamento em condições de efetiva operacionalização. Acreditamos, contudo, que as discussões às quais nos propomos no presente trabalho devam preceder à própria escolha de métodos aplicáveis; uma aplicação arbitrária de métodos escolhidos em função de critérios obscuros, tudo por uma necessidade cega de "tornar empírica" a nossa discussão, seria atitude inadequada e destituída de qualquer fundamento.

Seja lembrado, finalmente, que nossa hipótese de trabalho se esgota em um aspecto estritamente crítico, não se destinando a solucionar o problema que formulamos. Solucionar o problema envolveria não menos do que enunciar uma teoria clara do interacionismo simbólico que incluísse uma formulação explícita de métodos operacionalizáveis. Seria necessário, para tanto, que tivéssemos a capacidade de construir um sistema teórico-conceitual mais claro do que o de Blumer, acrescentando a tal sistema métodos melhor operacionalizáveis do que os propostos, digamos assim, pelos expoentes expoentes mais empiristas da Escola de Iowa. Tivéssemos nós tal capacidade e seria de fato imperativo testarmos empiricamente os métodos então definidos. Não a temos, todavia, e parte de nossas discussões será voltada para descobrir se alguém poderia mesmo chegar a tê-la, ou se um dos problemas do interacionismo simbólico não consistiria exatamente em padecer por si de insuficiência teórica e metodológica.

Tendo em vista a argumentação precedente, somos de opinião de que a exclusão de uma dimensão empírica ao longo do trabalho que ora iniciamos limita apenas, sem jamais invalidar, nossas investigações. Reconhecer limites para bem explorá-los é o lema do presente ensaio, confere legitimidade à restrição do escopo de nossas discussões e, por fim, não impede o melhor dos desenvolvimentos futuros perante os quais guardamos, intensas e férteis, nossas expectativas intelectuais.

C A P Í T U L O I I

O Interacionismo Simbólico: Uma Exposição

Inúmeras são as alternativas que se abrem ao estudarmos uma perspectiva sociológica em particular. Cada uma delas organiza de modo distinto os tópicos sob enfoque, evocando uma especial configuração de pontos de partida e chegada. Perante o estudo do pensamento de Blumer, uma alternativa padronizada de análise envolveria partirmos de uma exposição sistemática da teoria por êle formulada, nela nos baseando para em seguida apresentarmos sua concepção metodológica. A nós ocorre, porém, que a teoria de Blumer seria melhor avaliada se invertêssemos tal procedimento, ou seja, se partíssemos da concepção metodológica de Blumer para dela depreendermos seus princípios de construção conceitual. A razão para assim procedermos é relativamente simples: julgamos que a concepção de Blumer sobre a teoria do interacionismo simbólico não possa ser oferecida como justificativa para seus métodos; ao contrário, o tipo de nexo que se dá entre os inúmeros construtos teóricos propostos por Blumer é que parece ter justificativa em dois dos tópicos metodológicos por ele formulados, bem como nos desdobramentos destes.

Se for realmente legítima a inversão acima mencionada, e julgamos ela o seja, um primeiro problema se põe. Torna-se difícil o oferecimento de outro contexto de justificação para a teoria que não seja atinente às concepções metodológicas que orientam a produção conceitual. Assim sendo, sempre que dificulda-

des surgirom na constituição de métodos, insuficiências reciprocamente se revelarão na justificação da teoria interacionista. No capítulo III já iremos dispor dos elementos para decidir até que ponto a síndrome ora descrita imobiliza o interacionismo simbólico, impedindo por completo sua justificação. Por ora nos limitaremos a sustentar que a melhor exposição da dimensão teórico-conceitual do pensamento interacionista de Blumer deve de início ocupar-se dos princípios metodológicos por ele propostos. Tais princípios são indispensáveis, segundo Blumer, para a construção de qualquer ciência empírica. Em nossa opinião, no entanto, é precisamente a dimensão teórica do interacionismo que parece ganhar forma como uma extensão de alguns destes princípios pretensamente voltados para a constituição de uma base empírica para a teoria.

Sustenta Blumer que o interacionismo simbólico não é uma doutrina filosófica, mas sim uma perspectiva da ciência empírica. Convida-nos a compreender que o fator diferenciador entre doutrinas filosóficas e perspectivas empíricas reside no fato das últimas serem projetadas para produzir conhecimento verificável. No caso do interacionismo simbólico, tal conhecimento deveria ser sobre a vida em grupo e a conduta humanas (BLUMER 1969a, 21).

Ao adiantar os efetivos princípios que possibilitariam a produção de conhecimento verificável, Blumer inicia afirmando o que considera ser uma redundância: a ciência empírica pressupõe a existência de um mundo empírico, sendo tal mundo acessível à observação, ao estudo e a análise. Buscando talvez maior clarificação deste princípio, Blumer acrescenta que o mundo empírico se coloca em oposição (stands over against) ao observador científico, devendo tal mundo ser definitivamente o ponto central do interesse de

qualquer estudo de ordem empírica. Prosseguindo, Blumer encontra extrema fecundidade desta situação de oposição entre mundo e sujeito cognoscente, reservando ao ato de observação por parte deste último a capacidade de desencrustrar (dig out) e estabelecer, mediante análise, o caráter do mundo empírico (BLUMER 1969a, 21-22).

Do princípio acima, cuja necessidade de aceitação é considerada óbvia, Blumer depreende dois outros, a saber.

(i) A realidade para a ciência empírica só existe, só pode ser buscada e só pode ser verificada no mundo empírico (21).

(ii) A ciência empírica é uma busca coletiva pela resposta às questões dirigidas ao caráter resistente do mundo empírico sob estudo, mundo este que já é dado em estado de oposição ao pesquisador (22).

Os três princípios apresentados reúnem os componentes essenciais do que Blumer reconheceu como sendo sua concepção sobre a ciência empírica. Situando esta concepção como envolvendo apenas os elementos de ordem mais básica, Blumer julga ser possível inferir dos três princípios os seguintes tópicos, a partir dos quais uma dimensão metodológica própria ao interacionismo simbólico começaria a delinear-se.

(1) A metodologia envolve toda a emprese científica, e não meramente facções ou aspectos selecionados desta empresa (24).

(2) Cada parte da empresa científica, bem como o ato científico completo, deve se ajustar ao caráter resistente do mundo empírico sob estudo (Id.).

> (3) O mundo empírico sob estudo, e não os modelos de investigação científica, é que deve prover as respostas últimas e decisivas aos testes (BLUMER 1969a, 24).

Após apresentar os três tópicos acima, Blumer inicia de imediato a discussão de cada um deles. Nenhuma justificativa é apresentada para o primeiro tópico, limitando-se Blumer a acusar que a necessidade de reconhecê-lo como verdadeiro é inteiramente evidente. A partir dele Blumer formula o que entende serem as partes da empresa científica aludida. São elas:

> (A) a posse e o uso de uma imagem (picture) prévia, ou esquema prévio, do mundo empírico sob estudo (24-25);
> (B) a formulação de questões sobre o mundo empírico e a conversão dessas questões em problemas (25);
> (C) a determinação dos dados a serem colhidos e dos meios a serem empregados para obtê-los (Id.);
> (D) a determinação de relações entre os dados (Id.);
> (E) a interpretação das descobertas (25-26) e
> (F) o uso de conceitos (26).

Ressalta ainda Blumer que todas as partes acima devem ser construídas, rigorosamente, ' ... à luz da natureza do mundo empírico sob estudo (Id.).

Blumer passa a comentar, em seguida, o segundo tópico. Este é apresentado sob forma de uma exigência: a de que todas as partes (A)-(F) integrantes da investigação científica sejam sub

metidas ao teste do mundo empírico, e só mediante tal teste valida das (BLUMER 1969a, 27). Blumer critica a tendência, segundo ele reveladas por certas escolas de sociologia, de induzir artificialmente índices elevados de eficiência na aplicação de métodos de pesquisa. Tal eficiência seria artificial na medida em que não é possível formularmos métodos para a sociologia que sejam aplicáveis a todos os objetos passíveis de investigação sociológica. O que se impõe, segundo Blumer, é compreender que '... a realidade existe no mundo empírico, e não nos métodos usados para estudá-lo; deve ser descoberta por meio do exame do mundo empírico, e não mediante a análise ou elaboração de métodos usados no estudo deste mundo' (26). Somos levados a crer, portanto, que Blumer sustentaria a opinião de que um elenco de métodos genuinamente sociológicos jamais poderia ser submetido a um protocolo fixo e único, posto que ao situarmos a emergência destes métodos em um processo de observação de instâncias empíricas, a variedade das instâncias produziria a fortiori idêntica variedade dos métodos.

O terceiro e último tópico entre os que ora discutimos aparece, de certo modo, como uma extensão do anterior. Segundo Blumer, o fato de isolarmos algum esquema de análise, ou seja, o fato de o enunciarmos claramente e o aplicarmos reiteradas vezes, não nos autoriza a buscar neste esquema as respostas a questões formuladas e a testes realizados. Mesmo que um elenco metodológico tenha sido formulado sob o mais rigoroso escrutínio empírico, nada dispensa a recorrência ao mundo empírico sempre que desejarmos expandir a base factual das observações orientadas pelo esquema. Este tópico parece salientar que certos tipos de manipulação abstrata, ou melhor, elocubrações de ordem puramente conceitual,

não nos acrescenta exclusivamente por si mesma nenhuma informação nova sobre o mundo empírico. Em outras palavas, esquemas conceituais não são capazes de produzir sózinhos nenhum incremento no teor de informações empíricas por ele reunidas durante o processo de sua construção. A dotação de conteúdo empírico novo para esquemas conceituais só se consuma mediante novo apelo ao mundo empírico, seja por meio da introdução de novos conceitos empíricamente lastreados, seja mediante a realização de novos testes envolvendo os conceitos antigos. Raciocínios de ordem exclusivamente abstrata, que segundo Blumer são muito freqüentes em investigações pseudo-científicas na área da sociologia, não passam de um 'filosofar de filosofia social' (social philosophizing) (BLUMER 1969a, 34).

Sumarizando a discussão precedente, lembramos ter sido apresentado um princípio fundamental de Blumer sobre a ciência empírica, bem como dois outros princípios depreendidos do primeiro. Os três principios delineiam uma concepção em particular da ciência empírica, e possibilitam a inferência dos três tópicos metodológicos que acabamos de discutir. Cabe recordarmos também que temos a intenção de apresentar a teoria de Blumer como uma extensão desta concepção metodológica e de seus desdobramentos, particularmente como uma extensão de dois tópicos metodológicos. O gráfico que se segue deverá prestar algum auxílio para a reconstituição da trajetória do que foi exposto, contendo ainda informação adicional pela qual se encontram assinalados os dois mencionados tópicos metodológicos que, como passaremos a discutir, se colocam como geradores da teoria interacionista.

O mundo empírico existe, é acessível à observação, ao estudo e à análise, bem como se opõe ao homem.

(i) A realidade para a ciência empírica só existe, só pode ser buscada e só pode ser verificada no mundo empírico.

(ii) A ciência empírica é uma busca coletiva pela resposta às questões dirigidas ao caráter resistente do mundo empírico sob estudo.

(1) A metodologia envolve toda a empresa científica, e não meramente facções ou aspectos selecionados desta empresa.

(2) Cada parte da empresa científica, bem como o ato científico completo, deve se ajustar ao caráter resistente do mundo empírico sob estudo.

(3) O mundo empírico sob estudo, e não os modelos de investigação científica, é que deve prover as respostas últimas e decisivas aos testes.

A empresa científica é composta pelas seguintes partes:

(A) a posse e o uso de uma imagem prévia, ou esquema prévio, do mundo empírico sob estudo;

(B) a formulação de questões sobre o mundo empírico e a conversão dessas questões em problemas;

(C) a determinação dos dados a serem colhidos e dos meios a serem empregados para obtê-los;

(D) a determinação de relações entre os dados;

(E) a interpretação das descobertas e

(F) o uso de conceitos.

TEORIA DO INTERACIONISMO SIMBÓLICO

De acordo com nossa tese de que em Blumer a construção dos conceitos interacionistas pode ser entendida como o desdobramento de dois tópicos metodológicos, cabe no momento esclarecermos que tópicos são esses e como se dá o nexo entre os mesmos e a teoria interacionista. Acreditamos que Blumer parte, ao construir os conceitos do interacionismo simbólico, das noções apresentadas no enunciado metodológico pelo qual são definidas as partes de empresa científica. O aspecto conceitual da teoria de Blumer se configura como uma hipertrofia das partes (A) e (F) especificadas naquele enunciado metodológico.

A tese acima se encontra em inteira conformidade com o fato de Blumer admitir que esteja o interacionismo simbólico lastreado (grounded) no que chama de root images (que aqui traduziremos como imagens geradoras, idéias fundamentais ou concepções básicas). Tais construtos consistem, de acordo com Blumer, em concepções originais a respeito da natureza de certos elementos que compõe o objeto da sociologia. São eles os seguintes:

(I) A sociedade ou vida em grupo humanas
(II) A interação social
(III) Os objetos
(IV) O ser humano como organismo atuante (acting organism)
(V) A ação humana
(VI) A interligação das ações

O teor essencialmente conceitual das imagens fundamentais da teoria de Blumer é, em nosso entender, de imediata constatação. Com efeito, o interacionismo simbólico de Blumer pode

ser compreendido como uma teoria que se origina no ato da construção dos conceitos implicados na definição dos elementos (I)-(VI). O sistema pelo qual tais elementos são definidos é de ordem puramente conceitual, sendo obtido por força de um abuso pelo qual Blumer estende sua inspiração metodológica, precipuamente a recomendação de que a empresa científica se concretiza mediante a posse e o uso de prévias imagens sobre o mundo e de conceitos (respectivamente, os mencionados tópicos metodológicos (A) e (F)). Para encerrar a presente exposição nos resta portanto reproduzir o conteúdo essencial da apresentação de Blumer sobre as imagens geradoras do interacionismo simbólico. Na realização desta tarefa selecionaremos, após algumas considerações iniciais, passagens do próprio Blumer que citaremos ipsis littera. Assim deixaremos definitivamente ilustrado o estilo literário e a natureza dos nexos de ordem exclusivamente conceitual que Blumer manipula em seu arrazoado. As passagens selecionadas nos serão especialmente úteis no decorrer do capítulo crítico que se seguirá a este.

Segundo Blumer, o interacionismo simbólico repousa em última análise sobre três premissas.

> (a) Os seres humanos agem perante as coisas tendo como base o significado que, para eles, as coisas possuem.(BLUMER 1969a, 2).
>
> (b) O significado dessas coisas é derivado, ou emerge (arise out), da interação social que os homens mantêm com seus companheiros (fellows) (Id.).
>
> (c) Os significados em questão são manuseados e modificados mediante um processo usado pela pessoa ao lidar com as coisas que encontra (Id.).

Blumer observa que inúmeras correntes da sociologia reconheceram, em alguma medida, a existência de um processo interpretativo do tipo mencionado em (a), o que torna a primeira premissa insuficiente para caracterizar a abordagem interacionista. O interacionismo simbólico se coloca, no entanto, como a única perspectiva que atribui ao processo interpretativo a natureza especificada pelas duas outras premissas. Mais do que isso, trata-se da única corrente do pensamento sociológico que define o objeto da sociologia como sendo precisamente o processo dotado das características descritas pelas premissas (a)-(c) consideradas em conjunto. Segundo Blumer, tal processo merece toda a atenção e, do ponto de vista sociológico, é tudo o que deve ser analisado, tornando-se portanto exíguo o interesse em qualquer outro tópico.

Sem embargo, Blumer acredita que uma das mais relevantes características do homem como organismo atuante é o fato de se interpor um processo interpretativo entre estímulo e resposta, no caso específico da conduta humana. Em outras palabras, a conduta humana não é uma resposta direta a um estímulo dado, mas sim uma resposta aos significados que o homem atribui ao estímulo. Esta concepção, fundamental para o interacionismo simbólico, o destaca de todas as demais perspectivas sociológicas, na medida em que só o interacionismo considera o processo interpretativo assim interposto como o único e exclusivo objeto passível de análise em sociologia. Pretende Blumer, ainda, que tal processo seja definido em termos estritamente empírico, embora por nosso turno insistamos que a definição oferecida é essencialmente abstrata e só envolve termos teóricos. De um ou de outro modo, a noção de processo interpretativo é de grande importância para uma compreensão da perspectiva interacio-

nista. Devemos pois reconstituir o que Blumer nos esclarece sobre tal processo.

O processo interpretativo se resume no ato de um homem atribuir significado a uma coisa com a qual se depara. As noções de "homem" e "coisa" possuem uma acepção especial para Blumer, acepção esta que dentro em pouco será apresentada. Supondo provisoriamente que estas noções estejam fixadas, cabe no momento reproduzirmos as considerações de Blumer sobre o que são os significados e como se dá sua atribuição, por parte dos homens, às coisas.

De acordo com Blumer, significados não são uma característica intrínseca inerente às coisas. Se assim fosse, não seria dado aos homens mais do que constatar significados nas coisas que originariamente os possuíssem, perdendo assim o sentido falarmos de qualquer processo de atribuição de significados às coisas. Por outro lado, Blumer esclarece que significados também não se reduzem a uma projeção psicológica de ordem subjetiva, realizada, pelo homem, sobre as coisas. Com efeito, uma das características da abordagem de Blumer é a de considerar sempre, para a análise sociológica, tanto os fatores explícitos e objetivos quanto os fatores encobertos e subjetivos pelos quais se configura a conduta humana. Análises e posições demasiadamente solipsistas, como aquelas pelas quais só compareceriam ao processo interpretativo características projetadas por um sujeito em virtude de uma disposição exclusivamente subjetiva, não serviria aos propósitos de Blumer, pois o interacionismo simbólico não é uma teoria psicológica.

Blumer considera os significados como elementos que florescem ao longo de um processo que define como sendo a interação do eu (self) consigo mesmo (processo de self-interaction, cuja tradução mais exata para o portugues produziria o barbarismo "auto-interação do eu", e que aqui traduziremos de modo aproximado como "auto-interação"). Neste processo comparecem tanto o indivíduo subjetivo e impulsivo (que Blumer via Mead denomina de I (eu)), quanto o sujeito social (que Blumer, novamente adotando a classificação de Mead, denomina de me (relativo ao eu) e também objetos externos, todos instanciados em um contexto de mútua interação. Tal contexto, de ordem essencialmente social, é chamado por Blumer de situação e possui o que Blumer julga ser um caráter essencialmente empírico. Manipulando tais elementos conceituais, Blumer define os significados como sendo os elementos que são atribuídos pelos homens aos objetos por força de uma situação de interação do I com o me (ou seja, do homem consigo mesmo), do me (dimensão social do eu) com os outros I's e me's, e de cada um desses atores com os próprios objetos.

É conspícua a obscuridade das colocações acima, e continuamos a buscar em Blumer o esclarecimento do que se dá de efetivo quando o processo de auto-interação ocorre. Encontramos que tal processo se desenvolve em duas fases. Primeiro o ator indica para si mesmo as coisas perante as quais se encontra agindo, apontando (pointing out) aquelas em torno das quais significados se erigirão. Em seguida os significados são atribuídos às coisas, e certos padrões de atribuição tornam-se mais ou menos constantes e repetitivos, embora passíveis de modificação e reevocados a cada momento com um eterno sabor de novidade. Tais são as instâncias relativamente

estáveis, instâncias de manipulação pura e previsível de significados por parte de homens e grupos de homens, que são objeto da análise sociológica pelo interacionismo simbólico.

Novamente as idéias evocadas apresentam-se, em nosso entender, extremamente obscuras. Ao definir o processo de auto-interação como um processo que parte de uma indicação que o ator faz para si mesmo, os problemas de clareza se transferem-se de imediato para a noção de "indicar para si mesmo". O processo que esta noção envolve é denominado por Blumer de auto-indicação, e consiste em uma internalização do processo social que o ator experimenta ao longo das situações que vive. Tal internalização, de acordo com Blumer inspirado em Mead, funda-se na capacidade do homem de fazer-se objeto de si mesmo, ou seja, na capacidade de perceber o seu próprio eu do mesmo modo que percebe outros objetos, externos ou não. Prossegue Blumer esclarecendo que o processo de auto-indicação, conforme o sujerido pelas acepções da expressão original inglesa self-indication, consiste em 'não mais do que um mútuo jogo (interplay) de elementos psicológicos; trata-se de uma instância da pessoa engajando-se em um processo de comunicação consigo mesma' (BLUMER 1969a, 5).

As noções ora apresentadas a respeito do processo interpretativo não são realmente claras. É possível se pensar que sejam elas obscuras em virtude de descreverem instâncias empíricas de difícil acesso e reconhecimento, mas tal modo de ver não parece ser confirmado pelo próprio Blumer, que acredita só tratar de características, elementos e propriedades inteiramente evidentes à primeira inspeção. O que pensamos que realmente se dê é a a contingência da obscuridade advir do caráter que as noções

propostas por Blumer têm de pura manipulação conceitual, destituídas precisamente de uma base empírica que poderia, em certa medida, auxiliar o seu esclarecimento.

Pode parecer ao leitor que as limitações e obscuridades apontadas na teoria de Blumer, que ora apenas se delinearam e serão discutidas no capítulo crítico, se devam à nossa exposição e não às colocações do próprio Blumer. Afirmamos, entretanto, que por parte de nossa exposição nada acrescentamos nem retiramos em clareza da teoria de Blumer, sendo o contingente de obscuridade que notamos rigorosamente idêntico ao que se verifica, de imediato, no discurso de Blumer. Podemos aliás verificá-lo nas passagens a seguir, que são citações ipsis littera de Blumer, coligidas com o intuito de decantar a natureza dos elementos que efetivamente compõe o objeto da sociologia.

(I) A sociedade ou vida em grupo humanas

> Os grupos humanos são vistos como consistindo em seres humanos que se estão engajando em ação. A ação consiste nas numerosíssimas atividades que os indivíduos desempenham, em sua vida, quando se encontram mutuamente e enquanto lidam com a sucessão de situações com as quais se defrontam. (BLUMER 1969a, 6)

> O importe desta caracterização simples e essencialmente redundante é que grupos humanos ou a sociedade existem fundamentalmente, em ação, bem como devem ser considerados em termos de ação. Tal imagem da sociedade humana deve ser o ponto de partida (e o ponto de re

torno) de qualquer esquema que tenha como propósito tratar e analisar empiricamente a sociedade humana ... Para ser empiricamente válido, o esquema deve ser consistente com a natureza da ação social de seres humanos. (BLUMER 1969a, 6 & 7)

(II) A interação social

A vida em grupo pressupõe necessariamente uma interação entre os membros do grupo ou, posto de outro modo, uma sociedade consiste em indivíduos interagindo mutuamente. (7)

Estamos em débito com George Herbert Mead pela mais penetrante análise da interação social ... Mead identifica duas formas ou níveis de interação na sociedade. Refere-se à elas como sendo respectivamente o "diálogo por gestos" (conversation of gestures) e o "uso de símbolos dotados de significado" (significant symbols). Denominarei tais formas de interação, respectivamente, de "interação não-simbólica" e "interação simbólica". A interação não-simbólica tem lugar quando se responde diretamente à ação de alguém, sem que se interprete tal ação; já a interação simbólica envolve uma interpretação da ação. (8)

... a posição do interacionismo simbólico exige que o estudante apreenda o processo de interpretação através do qual [os homens] constróem sua ação. (BLUMER 1969b, 86)

(III) A natureza dos objetos

> ... os "mundos" que existem para os seres humanos e seus grupos são mundos compostos de "objetos", [sendo] tais objetos o produto da interação simbólica. Um objeto é qualquer coisa que possa ser indicada, qualquer coisa que possa ser apontada ou à qual nos possamos referir ... A natureza de um objeto - de todo e qualquer objeto - consiste no significado que êle possui segundo a pessoa para quem o objeto é um objeto. (BLUMER 1969a, 10 & 11)

> ... de um processo de mútuas indicações [que se dão entre os homens] os objetos comuns emergem - tais são os objetos que têm um mesmo significado segundo um dado conjunto de pessoas, sendo por elas considerado de uma mesma maneira. (11)

> ... os objetos (no sentido de seu significado) devem ser considerados criações sociais - sendo formados e emergindo do processo de definição e interpretação, enquanto tal processo ocorre na interação entre as pessoas. O significado de toda e qualquer coisa deve ser formado, aprendido e transmitido por meio de um processo de indicação - um processo que é necessáriamente social. A vida em grupo humana, a nível da interação simbólica, consiste em um vasto processo no qual indivíduos formam, sustentam e transformam objetos do seu mundo, e o fazem enquanto atribuem significados a tais objetos. Estes não possuem ne-

nhum status fixo, exceto o de seu significado ser sustentado pelas definições que sobre eles os indivíduos formulam. (BLUMER 1969a, 11-12)

Segue-se que para compreendermos a ação dos homens é necessário identificar o mundo de objetos dos homens ... A vida e a ação das pessoas necessariamente muda, acompanhando as mudanças que ocorrem em seu mundo de objetos. (id.)

(IV) O ser humano como organismo atuante

O interacionismo simbólico reconhece que os seres humanos devem ter uma constituição que se ajuste à natureza da interação social. O ser humano é considerado como sendo um organismo que não apenas responde a nível não-simbólico aos demais, mas também faz indicações aos demais e interpreta as indicações que outros lhe fazem. O ser humano pode agir assim ... em virtude de possuir um "eu" (self) ... Isto significa que um ser humano pode ser objeto de sua própria ação ... ele age perante si mesmo, e conduz a si mesmo em suas ações perante os outros, tendo como base o tipo de objeto que ele é para si mesmo ... Como outros objetos, o objeto-eu (self-object) emerge de um processo de interação social. (12)

Dispomos, portanto, de uma imagem do ser humano como um organismo que interage consigo mesmo através de um processo de fazer indicações para si mesmo ...

O ser humano é considerado como sendo "social" em uma acepção muito mais profunda - na acepção de um organismo que se engaja na interação social consigo mesmo mediante o processo de fazer indicações para si mesmo e responder a tais indicações. (BLUMER 1969a, 14)

Indicar uma coisa é extraí-la (extricate) de sua circunjacência (setting), mantê-la à parte, atribuir-lhe significado ou, ... transformá-a em um objeto. (BLUMER 1969b, 80)

A auto-indicação (self-indication) é um processo comunicativo dinâmico (moving) no qual o indivíduo nota as coisas, as aborda, atribui a elas um significado e decide agir tendo esse significado como base. O ser humano se opõe ao mundo, ou aos alters [noção, de cunho psicológico, do eu como distinto de outros], mediante tal processo e não munido de um simples ego. (81)

Neste sentido, o ser humano que se engaja na auto-interação não é meramente um organismo que responde [a estímulos], mas sim um organismo atuante - um organismo que precisa moldar uma linha de ação tendo como base o que traz à consideração, ao invés de meramente implementar uma resposta ao sabor de fatores de sua organização. (BLUMER 1969a, 15)

(V) A natureza da ação humana

> ... o indivíduo humano defronta-se com um mundo que deve interpretar para que possa agir, não defrontando-se com um ambiente ao qual responde por força de sua organização pessoal. Tem o ser humano que lidar com as situações nas quais seja convidado a agir, procurando depreender o significado das ações alheias e delineando sua própria linha de ação à luz desta interpretação. O homem tem que construir e guiar a sua ação, ao invés de meramente executá-la como resposta a fatores que jogam com ele ou operam através dele ... A ação por parte de um ser humano consiste, fundamentalmente, em levar em consideração as diversas coisas que ele nota e forjar uma linha de conduta tendo como base o modo pelo qual as interpreta. (BLUMER 1969a, 15)

> O ator seleciona, checa, suspende, reagrupa e transforma os significados, à luz da situação na qual se encontra e da direção de sua ação. De acordo com isso, uma interpretação não deve ser considerada como mera aplicação mecânica de significados estabelecidos, mas sim como um processo formativo no qual significados são usados e revisados, em sua condição de instrumentos de orientação e constituição da ação. (5)

> Esta concepção da ação humana se aplica com igual sucesso à ação conjunta (joint action) ou coletiva, na qual mais de um indivíduo se encontra implicado. A ação conjunta ou coletiva constitui o domínio de interesse da sociologia, sendo tal ação exemplificada no comportamento de grupos, instituições organizações e classes sociais. Tais instâncias do comportamento de ordem social, não importa o que possam ser, consistem em indivíduos ajustando mutuamente suas linhas de ação. (BLUMER 1969a, 16)

> Uma ação conjunta, enquanto erigida por diversos atos componentes que comparecem à sua formação, é distinta de qualquer um desses componentes, bem como de sua mera agregação. A ação conjunta possui um caráter peculiar por si mesma, caráter este que reside na articulação ou ligação, independente do que seja articulado ou ligado. (17)

(VI) Interligação das ações

> ... [há] instâncias da ação conjunta que são repetitivas e estáveis. A porção preponderante da ação social em uma sociedade humana, particularmente em uma sociedade estabelecida, existe em forma de padrões (patterns) recorrentes de ação conjunta. Na maioria das situações nas quais as pessoas agem mutuamente entre si, já trazem elas consigo um prévio e firme entendimento de como agir e como interpretar o modo pelo qual outros agirão. Todos divi-

dem significados em comun e pré-estabelecidos, significados estes do que é esperado na ação dos participantes. De acordo com isso, cada participante se encontra apto para conduzir seu próprio comportamento em função destes significados. (BLUMER 1969a, 17)

... a extensão de nexos entre ações, do que é feito muito da vida em grupo humana, consiste em amplas e complexas redes (networks) de ação envolvendo uma interligação e uma interdependência das diversas ações de inúmeras pessoas. (19)

... todas as instâncias de ação conjunta, não importa o quão recentemente hajam se formado ou o quanto antigo tenha sido seu estabelecimento, nascem necessariamente de um fundo (background) de prévias ações dos participantes. Novos tipos de ação conjunta não podem existir sem esse fundo ... Não se pode compreender uma nova forma sem incorporar o conhecimento desta continuidade na análise da nova forma. A ação conjunta não representa apenas, por assim dizer, uma ligação horizontal das atividades dos participantes; representa também uma ligação vertical com a prévia ação conjunta. (20)

C A P Í T U L O I I I

O Interacionismo Simbólico: Uma Crítica

Críticas ao interacionismo simbólico têm sido freqüentes, dirigindo-se a inúmeros aspectos da perspectiva. Questionam elas, via de regra, ou bem pressupostos de ordem filosófica sobre os quais repousa o interacionismo, ou bem detalhes de ordem teórica ou metodológica em torno dos quais concentram-se insuficiências e pairam obscuridades. Não iremos aqui percorrer toda a variedade dessas críticas, podendo o leitor interessado informar-se sobre o essencial em MELTZER &t alii 1975, 83-121. As considerações que ora iniciamos pautam-se em seu estilo pela crítica filosófica, com especial interesse na linguagem interacionista e nos nexos que a teoria nos revela como sistema explanativo sobre o mundo.

Ao percorrermos a apresentação do capítulo anterior, uma característica da teoria de Blumer a nós se ressalta de imediato. Trata-se da natureza obscura dos enunciados interacionistas. Se não podemos tornar tais enunciados mais claros, podemos ao menos investigar a origem de seu caráter obscuro. Para tanto, precisamos investigar as relações que se dão entre a teoria interacionista e o mundo que ela pretende explicar.

Devemos de início fixar algumas noções. Tais noções são uma aproximação - simplificadora e voltada essencialmente para nossos objetivos imediatos de análise - do que se encontra desenvolvido em HEGENBERG 1973, 151-154 e BUNGE 1980, 39-47. Entendemos

por enunciados apenas as proposições declarativas, sentenças que podem ser verdadeiras ou falsas conforme satisfaçam ou não a certos critérios. Consideraremos conceitos como sendo termos concretos (palavras, expressões nominais, etc... que sejam escritas faladas, ouvidas, lidas ou, enfim, que afetem ao menos um de nossos cinco sentidos) aos quais são atribuídos significado e/ou referência. O significado de um conceito pode ser identificado, para os efeitos de nossa análise, à informação que tal conceito, quando é usado, veicula para alguém. A referência (ou o referente) de um conceito é o objeto à ele atribuído. Conceitos ocorrem em enunciados e teorias são sistemas de enunciados inter-relacionados segundo certos critérios.

Quando um conceito possui como referente um objeto extra-lingüístico observável, em especial observável por inspeção imediata, denominamos o conceito de conceito intuitivo. Enunciados onde ocorrem conceitos intuitivos são chamados enunciados empíricos. Teorias compostas por enunciados empíricos são teorias empíricas. De modo similar, conceitos que não possuem referente extra-lingüístico são chamados conceitos abstratos, bem como enunciados nos quais ocorrem conceitos abstratos são chamados enunciados abstratos e teorias compostas por enunciados desse tipo são teorias abstratas ou teorias não-empíricas.

Fixadas estas noções, estamos prontos para iniciar a análise que desejamos do interacionismo simbólico. Adotaremos a seguinte estratégia: na medida em que Blumer nos apresenta o interacionismo simbólico através de contínua e proficiente manipulação de conceitos, torna-se fundamental investigar que tipo de conceitos Blumer usa, pois estaremos assim investigando a natureza

dos enunciados e teorias interacionistas. Implementando a estratégia, procuraremos responder às seguintes questões:

(1) São os conceitos interacionistas intuitivos ou abstratos?
(2) São os enunciados interacionistas empíricos?
(3) São as teorias interacionistas empíricas?

Torna-se óbvio que as duas últimas questões têm sua resposta condicionada à que encontrarmos para a primeira.

Uma primeira dificuldade com a qual nos deparamos consiste na impossibilidade de definirmos com precisão a classe dos conceitos interacionistas. A definição seria possível caso o interacionismo simbólico fosse uma teoria na qual conceitos fundamentais se encontrassem explicitamente listados e definidos. O mesmo se aplica aos enunciados interacionistas: não nos é possível definir intensivamente (ou seja, definir mediante a indicação de uma propriedade suficiente para caracterizar o que se define) a classe dos enunciados interacionistas. O mesmo já não se pode dizer com respeito às teorias interacionistas; podemos formular uma definição por intensão (ou seja, podemos definir intensivamente) a classe das teorias interacionistas. Uma definição possível seria aquela pela qual a classe das teorias interacionistas fosse a classe das teorias que se constroem mediante o uso dos conceitos de eu (self), interação do eu com outros eus, interação do eu consigo mesmo (self-interaction, auto-interação), indicação, e auto-indicação (self-indication). Note-se que o fato dos conceitos da lista ora formulada ocorrerem na definição intensiva da classe das teorias interacionistas não implica que tais conceitos

possam compor eles mesmos uma classe definível por intensão. Por este motivo não podemos investigar a natureza das teorias interacionistas, entre as quais se encontra a de Blumer, tentando captar uma propriedade geral (ou seja, formulando uma definição intensiva) da classe dos conceitos interacionistas pelos quais definimos a classe das teorias interacionistas. A alternativa que se abre consiste em investigarmos cada um desses conceitos em especial; para os efeitos que desejamos, investigar um conceito significa indagar sobre ele a questão (1) formulada na página anterior.

(A) O conceito de eu (self)

Quando Blumer lançou, inspirado em Mead, a idéia de que o homem possui um eu perante o qual pode se conduzir do mesmo modo que se conduz perante objetos externos, afirmou com isso que o eu humano pode ser objeto de inspeção imediata por parte do homem que o possui. Como tal inspeção se realiza mediante um processo perceptual idêntico ao que se dá quando um homem percebe um objeto externo, depreendemos da colocação de Blumer que o eu humano possui o mesmo status ontológico dos objetos externos. Propõe Blumer, em outras palavras, que consideremos o conceito do eu como um conceito intuitivo, ou seja, um conceito dotado de referência extra-lingüística.

Ao argumentar deste modo, Blumer ignora cerca de duzentos anos de história filosófica, retrocedendo à uma fase na qual esta ou qualquer outra coisa poderia ser dita sobre o eu, em virtude da imensa confusão que imperava no panorama filosófico europeu. Para citar um dos autores que pôs fim nesse estado caótico

de coisas, e cujos argumentos poderosos são de todo negligenciados por Blumer, remontaríamos a David Hume. Sobre o assunto manifesta-se Hume como se segue:

> De minha parte, quando entro mais intimamente no que chamo eu próprio, tropeço sempre com esta ou aquela percepçao particular, de calor ou de frio, amor ou ódio, dor ou prazer. Jamais me surpreendo, em nenhum momento, sem uma percepçao e jamais posso observar coisa alguma a não ser através da percepçao. ... Pode ser que haja alguns filosofos que possam perceber o seu eu mas, deixando-se de lado metafísicos desta especie, ouso afirmar, quanto ao resto da humanidade, que os homens não são senão um feixe ou coleçao de diferentes percepções, que se sucedem umas às outras com inconcebível rapidez e estão em perpétuo fluxo e movimento. (Hume cit. in RUSSELL 1977, 197)

Os que escolheram desafiar os argumentos de Hume logo descobriram como é difícil sua refutação, tendo simultaneamente compreendido o quanto é desconfortável aceitá-los. Sem no entanto penetrarmos no mérito desta questão, pensamos ser inteiramente legítimo duvidarmos da capacidade de Blumer discernir, no emaranhado perceptual ao qual Hume alude, um eu existente e passível de inspeção imediata. É verdade que Blumer não poderia ser impedido de postular a existência deste eu, até mesmo porque o eu que Blumer admite possui um *status* de objeto externo e Blumer postula a existência dos objetos externos. Blumer não se limita, todavia, a postular a existência de um eu empírico; o que está em questão é a possibilidade de ocorrer também um processo muito complexo do qual participa o eu, e [illegible] não compreendemos como possa este processo ter sua existência baseada em um ato de estipulação por parte de Blumer.

(B) Os conceitos de interação e auto-interação

Os processos que Blumer acredita ocorrerem envolvendo o eu são, como já vimos, de difícil compreensão. Os conceitos que deveriam referir-se a tais processos carecem, portanto, de uma referência clara e bem determinada. Como podemos efetivamente definir o eu humano como um objeto que se distingue por um processo de 'ser objeto de sua própria ação', ou como o fruto de um processo no qual o organismo humano 'interage consigo mesmo atfavés de um processo de fazer indicações para si mesmo' ou como algo que se realça ao longo de um processo pelo qual o homem 'se opõe ao mundo, ou aos alters' ?

(C) Os conceitos de indicação e auto-indicação

Blumer responderia que todos esses processos se explicam como instâncias da aplicação dos processos de indicação, pelo qual objetos se tornam objetos para homens, e de auto-indicação, pelo qual um homem se torna objeto para si mesmo. É realmente um alívio que Blumer tente definir os conceitos de interação e auto-interação através de outros conceitos, dado à acentuada obscuridade daqueles. O alívio é todavia pouco durável, e as mesmas perplexidades se recolocam quando nos deparamos com a obscuridade dos conceitos pelos quais Blumer define os conceitos que deveria tornar mais claros. Qual a origem dessa obscuridade, tão presente nos textos de Blumer? Como poderíamos, se é que poderíamos realmente, contornar este caráter obscuro e descobrir algum conteúdo inteligível no interacionismo simbólico de Blumer?

A solução que propomos é a de considerar que sejam os conceitos de Blumer exclusivamente abstratos, ou seja, afirmar que os conceitos fundamentais do interacionismo simbólico, acima discutidos, não são conceitos intuitivos. Admitir esta posição implica em uma série de consequências, que se resumem no seguinte:

(a) O interacionismo simbólico torna-se uma teoria não-empírica e, portanto, uma teoria que nada nos informa sobre o mundo.

(b) Embora destituídos de referência, os enunciados do interacionismo simbólico não são destituídos de sentido, o que explica de certo modo o efeito ilusório, ao proferirmos ou ouvirmos enunciados interacionistas, de que tais enunciados possuam referentes extra-lingüísticos.

(c) Torna-se imediata a explicação do motivo pelo qual a teoria interacionista não contém uma descrição explícita de métodos e técnicas de pesquisa empírica operacionalizáveis.

Discutiremos cada uma dessas proposições.

Quando afirmamos que os conceitos do interacionismo simbólico são destituídos de referência não queremos dizer que os alegados referentes para estes conceitos não existem de fato. Pretendemos apenas afirmar que, existam ou não, nos é impossível determinar de modo unívoco qual seja a referência dos conceitos interacionistas e, do ponto de vista teórico, conceitos cuja referência é equívoca são mais danosos do que conceitos ou bem

inexiste, ou bem não precisa ser levada em conta. Melhor dizendo, podemos trabalhar com um sistema de conceitos destituídos de referência, quer sejam eles dotados de sentido ou não. Torna-se no entanto impossível operarmos com um sistema cujos conceitos sejam por completo equívocos quanto à referência. Esta é uma limitação notável da teoria de Blumer: quando nela usamos conceitos fundamentais, como os de eu, auto-interação e auto-indicação, não temos meios de determinar de modo unívoco a referência desses conceitos. Podem êles referir-se a incontáveis objetos e, mais do que isso, não temos a menor garantia se sua referência consiste em um objeto concreto, um evento, um fato, ou um outro elemento cuja classificação, para além da característica de ser um objeto extra-lingüístico, não nos tenha sequer ocorrido.

São estas as razões pelas quais julgamos que o único meio de resgatarmos alguma inteligibilidade para a teoria de Blumer consista em negar que seus conceitos sejam intuitivos e, por conseguinte, negar que seus enunciados e as teorias por eles compostas sejam empíricos. Não precisamos negar que existam ou eu, a auto-interação e a auto-indicação; basta admitirmos que, mesmo existentes, não dispomos dos meios de colocar esses objetos em uma relação unívoca de referência com os conceitos que Blumer usa. Não sabemos, em verdade, se tais objetos existem e como possam eles existir; sabemos no entanto que o mero uso de conceitos não provoca a sua existência, e tampouco poderia vir a prová-la.

Ao admitirmos o caráter não-intuitivo dos conceitos de Blumer, admitimos simultaneamente que os enunciados nos quais eles ocorrem e as teorias compostas por esses enunciados são não-empíricos.

Por essa razão, o interacionismo simbólico perde o caráter de teoria sociológica sobre a vida em grupo e a conduta humanas, pois esses objetos são extra-lingüísticos, e teorias que pretendam explaná-los não podem ser erigidas pelo uso de conceitos abstratos. Tal caracterização da teoria de Blumer não parece coincidir, todavia, com a impressão imediata que temos, sobre os enunciados interacionistas, na ocasião de seus proferimentos. A impressão que nos é efetivamente transmitida é a de que os enunciados discorrem em verdade e discorrem sobre uma realidade extra-lingüística. Como explicar esta aparente discordância entre a tese de que a teoria de Blumer seja abstrata e o impacto inicial, causado pelos proferimentos em linguagem interacionista, de que seja o interacionismo uma teoria empírica?

A explicação se encontra implícita na própria pergunta: trata-se de fato de uma discordância aparente. Tem ela sua origem no fato de que os enunciados do interacionismo simbólico são destituídos de referência, mas não são formais - isto é, são dotados de sentido. O sentido dos enunciados interacionistas, na acepção da informação que eles veiculam para o ouvinte de seus proferimentos, é o verdadeiro responsável pela impressão que o ouvinte guarda de serem eles enúnciados empíricos. A situação pode ser melhor explicada se lembrarmos que Blumer utiliza conceitos intuitivos de modo inapropriado: ele dispõe livremente desses conceitos para definir outros que não mantêm o caráter intuitivo dos primeiros. O melhor exemplo desse procedimento se encontra no próprio nome que Blumer cunhou para a perspectiva.. Podemos admitir que, fora do contexto da teoria de Blumer, os conceitos de interação e de símbolo sejam conceitos intuitivos. Com eles Blumer forja o conceito de interação simbólica, bem como o de interacionismo

simbólico; tais conceitos, não obstante, não possuem o mesmo caráter intuitivo que verificamos nos outros dois in natura. A maioria dos conceitos básicos de Blumer nos são apresentados mediante idêntico processo ilusionista.

A teoria de Blumer não se torna pior ou melhor por força de padecer das limitações que apontamos; Torna-se apenas inútil, considerando-se os propósitos de Blumer ao elaborá-la. Ela não pode ser uma teoria empírica, não podendo portanto ser uma teoria sobre a sociedade humana. É no entanto usada como se o fosse, ocorrendo então uma circunstância de profunda inadequação entre usos e capacidades, meios e fins. Tudo se passa como se pretendêssemos, preservando o significado usual das palavras, embrulhar uma linha flexível com um cubo rígido. Ou como se admitíssemos que nossa capacidade de atribuir um sentido ao conceito de unicórnio assegurasse a existência extra-lingüística de unicórnios. Aqueles que insistem em apresentar a teoria interacionista como uma perspectiva empírica, e talvez o façam pelo aspecto lúdico da fácil articulação que a teoria favorece entre seus conceitos abstratos, assemelham-se aos que acreditam que os lances em um jogo de xadrez elucidam alguma coisa sobre a vida humana.

Compreendendo a teoria do interacionismo simbólico de acordo com a natureza que assinalamos, a impossibilidade de enunciarmos, a partir dos conceitos da teoria, métodos e técnicas operacionalizáveis na pesquisa empírica, deixa de consistir em problema e passa ser apenas o esperado. Com efeito, não podemos e nem somos forçados a dotar uma teoria abstrata de uma dimensão metodológica operacionalizável na pesquisa empírica. Tal tarefa seria absurda e carente de qualquer sentido. Mas Blumer, renitente,

insiste em dar à sua teoria uma dimensão metodológica empírica. Não acreditamos, entretanto, que o sucesso venha sempre como prêmio pela persistência. Avaliaremos o tipo de sugestão metodológica que Blumer nos oferece, e nessa avaliação constataremos a recorrência das limitações de ordem conceitual até o momento discutidas.

Quando realizamos a leitura de Blumer, nos pareceu razoavelmente claro o recurso do qual se utiliza ele para definir procedimentos metodológicos. Tal recurso consiste em omitir o contexto de justificação dos enunciados metodológicos expressos na teoria e apresentá-los como imperativos categóricos. Pouco é aduzido em favor do aclaramento ou da justificação das sugestões metodológicas de Blumer. O que se encontra é grande número de alusões a uma pretensa evidência de adequação dos procedimentos recomendados, aliada à noção de que tais procedimentos são tudo o que pode um sociólogo implementar quando engajado na pesquisa social empírica, e a outras qualificações de ordem meramente adjetiva.

O essencial da concepção metodológica de Blumer foi por nós apresentado na página 30 acima. Uma característica notável dos princípios ali enunciados, principalmente das partes (A)-(F) que segundo Blumer devem compor a empresa científica como um todo, consiste no fato de não podermos deles extrair, senão de modo indireto e obscuro, nenhuma descrição explícita do que efetivamente deve ser feito em uma pesquisa empírica de ordem sociológica. O caráter imperativo das sugestões formuladas descreve no máximo a necessidade de orientarmos a pesquisa científica de acordo com os objetivos ali arrolados, mas silencia por completo

no que tange aos meios pelos quais tais objetivos possam ser alcançados.

Blumer oferece um desdobramento posterior dos princípios metodológicos aludidos. Tal desdobramento consiste em definir a pesquisa social empírica como um processo que se implementa mediante a realização de duas etapas, denominadas exploração e inspeção (BLUMER 1969a, 40). O estudo exploratório da vida em grupo humana consiste no meio de alcançar simultaneamente dois objetivos interligados: uma familiaridade íntima e compreensiva para com uma esfera social até então desconhecida, mas não obstante sob estudo, e o desenvolvimento da acurácia da investigação que sobre tal esfera se irá realizar. Sobre o processo de exploração que sua natureza flexível impede que seja baseado em um único conjunto de técnicas em particular (41). Afirma, enfim, Blumer:

> A exploração é por definição um procedimento flexível no qual o estudioso oscila (shifts) de uma linha de investigação para outra, adota novos pontos de observação na medida em que seu estudo progride, move-se em direções novas e até então insuspeitadas, e modifica seu reconhecimento sobre quais são os dados relevantes na medida em que adquire mais informações e melhor entendimento. (40)

No que diz respeito ao processo que deve se seguir ao de exploração, afirma Blumer que este processo, a inspeção, consiste em

> ... um exame intensivo focalizado no conteúdo empírico dos elementos analíticos, quaisquer que sejam eles, utilizados com o propósito de análise, bem como um exame do mesmo tipo, também enfocado na natureza empírica das relações entre tais elementos. (43)

Blumer nos parece sugerir, assim, que implementemos por um lado um processo de investigação direta da realidade social empírica, e que nele incorporemos uma dimensão analítica, o processo de inspeção. Persiste todavia a questão de determinar o modo, o efetivo procedimento, pelo qual possamos atingir o objetivo assim desdobrado. A persistência desta questão se explica, em nosso entender, pela natureza dos conceitos de exame intensivo e procedimento flexível. Estamos novamente diante de conceitos destituídos de referência, e a referência de tais conceitos deveria ser precisamente um conjunto de operações efetivamente realizados no mundo extra-lingüístico. Não encontramos, nos textos de Blumer por nós examinados, nenhum indício da natureza dessas operações, e procurar localizá-las arbitrariamente no mundo dos fenômenos sociais consite em uma operação que independe totalmente de indicações teóricas prévias. Insistir no caráter empírico dos enunciados metodológicos de Blumer tem como conseqüência sermos assaltados por uma profunda perplexidade, na medida em que torna-se impossível compreender o que Blumer deseja que seja feito quando nos instrui no sentido de 'oscilar' de uma linha de investigação para outra' e 'mover-se em direções novas e insuspeitadas'. Novamente é a linguagem por Blumer usada como a arma errada para as conquistas certas.

O interacionismo simbólico, na versão que recebe de Blumer, encontra-se em nossa opinião definitivamente condenado a padecer das insuficiências teórico-metodológicas que assinalamos. Este veredito não pode ser suspenso enquanto houver insistência em se utilizar a teoria interacionista para uma finalidade em permanente desacordo com as possibilidades que os conceitos

formulados por Blumer oferecem.

Para concluir, deixamos nossa atual visão do interacionismo simbólico de Blumer. Do ponto de vista teórico-conceitual, somos forçados a observar que o sistema de Blumer se encontra impregnado de idola fori (fantasmas das palavras), que Francis Bacon assinalou como um dos quatro fatores que impedem o avanço do conhecimento. Esclarecendo este ponto, diríamos que a teoria de Blumer padece de uma confiança ingênua no uso da linguagem, na medida em que abusa da noção de que a investigação científica se realiza mediante a proficiência no uso de um esquema conceitual prévio. O resultado dessa confiança ingênua é a constituição de uma teoria essencialmente abstrata, onde o domínio de um sistema de nomes articulados entre si (nomes como interação simbólica, auto-indicação, auto-interação, etc...) se confunde com o sistema de fatos do mundo extra-lingüístico que, postula-se, devam ser objeto da sociologia como ciência empírica. Tudo se passa como se o fato de Blumer criar conceitos devesse ter como conseqüência imediata que esses conceitos possuíssem referentes reais, constatáveis por inspeção imediata nos homens e mulheres de nossa sociedade.

Do ponto de vista metodológico, nossas conclusões se resumem na observação de que não encontramos na teoria de Blumer uma descrição explícita de procedimentos e técnicas para pesquisa empírica, e que tal ausência é perfeitamente adequada ao caráter não-empírico da teoria, embora Blumer se recuse a admitir tal coisa. O que acode àquele que deseja realizar uma pesquisa tendo como rationale o interacionismo simbólico de Blumer é não

mais do que a intuição pessoal, combinada com a extrema permissividade que se origina na inadequação conceitual da teoria. Tal permissividade se reproduz na apresentação dos resultados da maior parte das pesquisas implementadas sob pressupostos interacionistas. Estas pesquisas são realizadas mediante técnicas indefinidas e caminhos improvisados, na certeza de que todos os procedimentos aplicados poderão ser apresentados a posteriori como se estivessem em conformidade com a teoria interacionista. Na medida em que esta adequação só pode ser estabelecida após o término da investigação e a explícita enunciação de seus resultados, afirmamos que a conformidade entre teoria e métodos interacionistas jamais foi fruto de um planejamento, tendo ressonâncias de uma profecia post-eventum.

Talvez Blumer não visse nenhuma dificuldade em admitir a fórmula sugerida pelos Cafres, e descrita por Frazer no seu clássico O Ramo Dourado (FRAZER 1890), para transformar-se um ladrão em homem honesto. Em linhas gerais, a receita consiste em gritar o nome do ladrão na boca de uma panela onde se cozinha algo em água fervente, adicionar certos elementos de "medicina", tapar-se o cozido, e deixar-se o nome ali amolecendo durante sete dias inteiros. Tal supremacia e eficiência no uso de nomes é em nosso entender ainda mais acentuada em Blumer, pois não foram os Cafres que pretenderam resolver os problemas fundamentais da sociologia.

B I B L I O G R A F I A

(Trabalhos aos quais nos referimos no texto)

AJS : American Journal of Sociology

BJS : British Journal of Sociology

ASR : American Sociological Review

BEST, R. E.

1975 : New Directions in Sociological Theory? A Critical Note on Phenomenological Sociology and its Antecedents. BJS, 26 (2), 133-143.

BLAU, P. M.

1975 : Parameters of Social Structure. In BLAU (ed.) 1975, 220-225.

BLAU, P. M. (ed.)

1975 : Approaches to the Study of Social Structure New York, The Free Press.

BLUMER, H.

1969 : Symbolic Interactionism: Perspective and Method. Prentice-Hall.

1969a: The Methodological Position of Symbolic Interactionism. In BLUMER 1969, 1-60.

1969b: Society as Symbolic Interaction. In BLUMER 1969, 78-89.

BRYANT, C. G. A.

1975 : Kuhn, Paradigms and Sociology. BJS, 26 (3), 354-359.

BUNGE, M.

1980 : Epistemologia: Curso de Atualização. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP.

COOLEY, C. H.

1930 : Sociological Theory and Sociological Research New York, Holt, Rinehart and Winston.

COSER, L. A.

1975 : Structure and Conflict. In BLAU (ed.) 1975, 210-219.

DAHRENDORF, R.

1968 : Essays in the Theory of Society California, Stanford U. P.

DENZIN, N. K.

1970 : The Methodologies of Symbolic Interaction: A Critical Review of Research Techniques. In STONE & FABERMAN (eds.) 1970, 447 - 465.

DOUGLAS, J. D. (ed.)

1970 : Understanding Everyday Life: Toward the Reconstruction of Sociological Knowledge. Routledge.

FRAZER, J. G.

1890 : The Golden Bough Londres.

GIDDENS, A.

1976 : Classical Social Theory and the Origins of Modern Sociology. AJS, 81 (4), 703-729.

HEGENBERG, L.

1973 : Explicações Científicas: Introdução à Filosofia da Ciência. São Paulo, E. P. U./EDUSP.

HOMANS, G. C.

1964 : Bringing Men Back In. ASR, 29 (5), 809-818.

KUHN, M. H.

1972 : Major Trends in Symbolic Interaction Theory in the Past Twenty Five Years. In MELTZER & MANIS (eds.) 1972, 57-76.

KUHN, T. S.

1962 : The Structure of Scientific Revolutions Chicago U. P.

MEAD, G. H.

1934 : Mind Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist. Chicago U. P.

MELTZER &t alii

1975 : Symbolic Interactionism: Genesis, Variety and Criticisms. Routledge.

MELTZER, B. & MANIS, J. (eds.)

1972 : Symbolic Interaction Boston, Allyn & Bacon.

PARSONS, T.

1937 : The Structure of Social Action: A Study in Social Theory With Special Reference to a Group of Recent European Writers. McGraw-Hill.

POPPER, K.

1980 : A Miséria do Historicismo São Paulo, Cultrix/EDUSP.

RUSSEL, B.

1977 : História da Filosofia Ocidental (3) São Paulo, Companhia Editora Nacional.

STONE, G & FABERMAN, H. A.

1970 : Social Psychology Through Symbolic Interaction Waltham/Mass., Ginn-Blaisdell.

WINCH, P.

1970 : A Idéia de uma Ciência Social e sua relação com a Filosofia. São Paulo, Companhia Editora Nacional.